

O FLUXO MIGRATÓRIO BAIANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Cleonice Moreira da Silva
Mestranda em Geografia UFBA
cleonicemorreira@yahoo.com.br

RESUMO

Esse trabalho é parte da monografia de especialização em Dinâmica Territorial e Socioambiental do Espaço Baiano, concluído pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Nas seções aqui apresentadas é discutido o processo migratório baiano a partir dos Censos Demográficos. Verifica-se que a existência de 'ilhas de desenvolvimento' têm contribuído para ocorrência de alterações no fluxo migratório.

INTRDODUÇÃO

O presente artigo é parte de um trabalho monográfico a nível de especialização, que se dedicou a estudar a dinâmica populacional feirense a partir dos indicadores de migração, População Economicamente Ativa (PEA) e População Ocupada, além de outros indicadores que contribuem para melhor compreensão da (re)produção espacial do município bem como as principais características da população de Feira de Santana.

A dinâmica populacional é fundamentalmente importante para explicar a produção do espaço geográfico, assim sendo, a questão principal definida para estudo envolve a necessidade de explicar como a evolução da migração, População Economicamente Ativa (PEA) e População Ocupada (PO) interferem na transformação socioespacial feirense.

No entanto, nessa oportunidade foram apresentados a discussão conceitual a respeito de migração e análise do fluxo migratório baiano destacando-se os municípios caracterizados como 'ilhas de tecnologia'. Essa discussão faz-se necessária para compreensão da dinâmica feirense no contexto baiano.

O texto encontra-se organizado da seguinte forma: inicialmente apresenta-se um breve discussão acerca de conceitos bases a serem explorados no processo de pesquisa seguido da análise do fluxo migratório baiano, das considerações iniciais e referências aqui utilizadas.

O IR E VIR POPULACIONAL – AS MIGRAÇÕES

Os movimentos migratórios são comuns em toda a sociedade e a caracteriza desde os primeiros tempos, já que o ser humano surge enquanto nômade, tornando-se sedentário apenas com o desenvolvimento da agropecuária. Porém, a ação de migrar perdura até os dias atuais, não em função dos mesmos motivos dos primórdios da humanidade, mas com o mesmo poder de interferência da dinâmica populacional de um dado espaço.

Por esse motivo, o movimento populacional é um dos aspectos que reflete tanto as condições de um dado recorte espacial, quanto os anseios e necessidades daqueles que migram, sendo por esse motivo, um processo dinâmico e ininterrupto. Conforme o Censo Demográfico Brasileiro considera-se imigrante

Todos os indivíduos que apresentam pelo menos uma mudança de local de residência seja de um município para outro (migrante intermunicipal) seja entre diferentes categorias de domicílio dentro dos limites do mesmo município (migrantes intramunicipais)¹

Em função de um problema econômico, ambiental, entre outros, precisa se deslocar para outro Estado e/ou município, fato que justifica os movimentos migratórios. Assim sendo, compreende-se que os movimentos migratórios refletem as relações socioespaciais estabelecidas em um território.

Conforme Santos (2008) na contemporaneidade, as cidades são as principais receptoras de migrantes, sobretudo nos países subdesenvolvidos/em desenvolvimento, visto que a desigualdade espacial nesses locais são maiores do que nos países ditos desenvolvidos. Esse fato que impulsiona uma parte da população a migrar do seu local de origem em busca da tão sonhada qualidade de vida, que não está relacionada apenas as questões econômica, mas também sociais, culturais e ambientais, o que confere complexidade ao ato de migrar.

No caso dos deslocamentos ocorridos em função das condições econômicas, a migração torna-se “um importante mecanismo na produção de força do trabalho, já que, vincula áreas de diferentes escalas espaciais (regional, nacional, internacional) objetivando a expansão do mercado de trabalho” (BECKER, 1997, p. 342), nesse contexto, as regiões que estiverem mais estruturadas para atrair investimentos

¹ *Apud* BECKER, 1997, p. 342

econômicos, seja ele do setor privado ou governamental, conseqüentemente receberá um maior contingente de migrantes.

Golgher *apud* Pinho (2007, p. 20), afirma que o processo migratório não favorece apenas os migrantes, pois “a migração é decisiva em muitos outros aspectos como: no desenvolvimento de regiões e países, no desenvolvimento populacional das cidades, na troca de experiências e tecnologia entre povos”.

Nessa perspectiva, a chegada de migrantes em um dado espaço pode favorecer tanto o crescimento econômico quanto a expansão da ocupação territorial. Sendo por esse motivo, um fator positivo não apenas para o migrante quanto para o local por ele procurado. Mas, para além dos aspectos positivos, é necessário pontuar que o crescimento populacional desordenado pode ocasionar problemas de ordem socioeconômica, como desemprego e precariedade de moradias, bem como questões relacionadas ao ambiente físico, dada à ocupação de áreas irregulares.

Nesse contexto, a análise de dados relacionados à migração está além da concepção de crescimento natural, pois está associada à relação entre a dinâmica populacional e processos relacionados ao capital. Por esse motivo, os deslocamentos refletem a dinâmica social, econômica, cultural e ambiental do espaço geográfico.

Os países, Estados e municípios que possuem uma diversidade maior de atrativos terão um potencial de atração que os demais, no caso contrário, aqueles municípios que não possuem uma infra-estrutura adequada serão pontos repulsivos da população.

Conforme Damiani (2006), as migrações estão relacionadas a fatores econômicos, pois refletem as relações que caracterizam a expropriação do meio de trabalho, visto que os meios de produção estão concentrados em poder de uma pequena parcela da sociedade, conseqüentemente provoca a exploração do trabalhador, que em busca de uma condição de vida mais favorável é levado a migrar, principalmente do espaço rural.

A discussão acerca da migração populacional é caracterizada principalmente como uma possibilidade do imigrante de alcançar melhores condições de vida. Nesse contexto, algumas cidades são caracterizadas como pólos receptores visto que, “a população das cidades recebe um contingente migratório maciço, que é, por sua amplitude, um fenômeno característico dos países subdesenvolvidos” (SANTOS, 2008,

p. 34). Esse deslocamento tem impacto no crescimento populacional das cidades, sobretudo no espaço urbano, uma vez que o mesmo possui uma infraestrutura que permite a prática/desenvolvimento de várias atividades, sejam elas de ordem econômica, política e/ou social.

No entanto, verifica-se que o processo migratório acumula fatores que vão além do fator psicológico relacionada à melhor condição de vida, envolve outros elementos. Nesse contexto, Santos (1995-2000) afirma que apesar de serem compreendidos, apenas como indicadores sociodemográficos refletem a complexidade das relações que caracterizam a vida em sociedade, e por esse motivo, aspectos que vão além das necessidades econômicas impulsionam a migração.

A complexidade que envolve esse aspecto da sociedade é de extrema relevância, pois os fluxos de imigrantes têm impacto sob a dinâmica populacional das cidades, sobretudo nos países em desenvolvimento, como o Brasil. Becker (1997) corrobora a definição dada por Santos (1995-2000), quando afirma que

A migração pode ser definida como mobilidade espacial da população. Sendo um mecanismo de deslocamento populacional, reflete mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e seu ambiente físico.²

Compreende-se dessa forma que os indicadores relacionados ao deslocamento podem ser estudados e explicados tanto como o indicador demográfico quanto social, visto a junção dos elementos que caracterizam esses aspectos podem ou não impulsionar a saída ou a entrada de migrantes em um espaço.

O PROCESSO MIGRATÓRIO NA BAHIA

Tendo por base a história da ocupação do território nordestino, e de forma mais específica da Bahia, verifica-se que durante várias décadas, principalmente durante 1940, essa região era a principal emissora de migrantes para as demais regiões brasileiras, sobretudo para o Sudeste, nesse período a perda populacional estava relacionada à decadência econômica, que até então estava pautada na agropecuária.

² BECKER, 1997, p. 323.

Objetivando revitalizar a economia regional foram realizados investimentos territorialmente concentrados no setor industrial, de serviços, comercial e também agrário iniciado na década de 70, impulsionados durante os anos de 1967 e 1973, durante o período em que a economia e política brasileira vivenciavam o ‘milagre econômico’, ideal difundido durante o governo de Juscelino Kubitschek, na qual as políticas de desenvolvimento econômico estavam pautadas na teoria dos pólos de crescimento de François Perroux, na qual indústrias motrizes são concebidas enquanto estruturas capazes de promover o desenvolvimento econômico de uma região.

A partir de tal concepção, o governo brasileiro desenvolveu programas como o Polonordeste, Polamazônia, Polocentro, além do Proceder com intuito de impulsionar o desenvolvimento das regiões Nordeste, Norte, Centro-Oeste além do cerrado brasileiro respectivamente. No entanto, Perroux (1967, p. 164) afirmou que

O crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia

O desenvolvimento socioeconômico ocorre no território de forma irregular, uma vez que não depende apenas da implantação de indústrias motrizes, mas de vários fatores tanto de ordem política quanto socioeconômica. Tendo em vista que tal processo envolve vários fatores correlacionados e que variam conforme a sua localização, os pólos de crescimento também podem acarretar na ampliação das desigualdades espaciais.

No que diz respeito a Bahia, a implementação dos pólos de desenvolvimento tiveram impacto no fluxo migratório, pois verifica-se que a partir da implementação de tais políticas contribui para que houvesse uma retração, no que se refere à perda populacional, mesmo tendo continuado com o rótulo de Estado que ‘expulsa’ a população, mas agora com indicadores mais tênues.

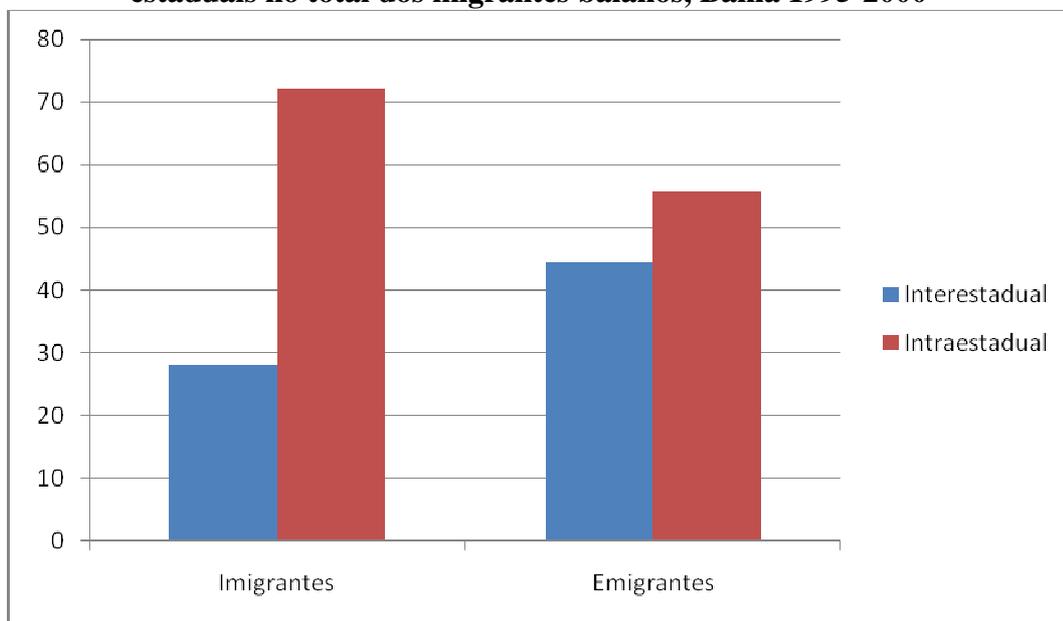
Contudo, desde a década de 90 as migrações adquiriram um caráter diferenciado, já que as migrações internas, ou seja, aquelas que ocorrem dentro da mesma região e/ou Estado ficaram mais intensas, o que evidencia que os investimentos iniciados na década de 70 estavam concentrados em algumas cidades, fato que contribui para que houvesse a ampliação da desigualdade regional. As localidades com maior

poder atrativo de migrantes devido seu desenvolvimento socioeconômico passaram a ser denominadas de “ilhas de tecnologia”.

Tais espaços são compreendidos enquanto "subespaços dotados de infra-estruturas econômicas modernas e ativas, focos de dinamismo, em grande parte responsável pelo desempenho relativamente positivo apresentado pelas [suas] atividades econômicas" (BACELAR, *Apud* Castro, 2000, p. 45), assim definidos devido a relação entre a pequena extensão territorial que esses espaços ocupam no território baiano.

Tomando como exemplo, na Bahia verifica-se que as “ilhas de tecnologia” compreendem o litoral, com destaque para Região Metropolitana de Salvador; o Oeste baiano, em expansão socioeconômica devido principalmente a cultura da soja, Juazeiro com uma economia pautada na fruticultura irrigada, entre outros municípios. Tal situação caracteriza o cenário das migrações baianas, pois se verifica que as migrações internas sobressaem-se em relação às migrações interestaduais, mesmo tendo ocorrido o crescimento nos deslocamentos interestaduais no período de 1995-2000, como pode ser verificado no gráfico abaixo.

Gráfico 0 - Participação relativa dos migrantes interestaduais e intra-estaduais no total dos migrantes baianos, Bahia 1995-2000



Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborado pela CODES/SEI. 2006.

Ao observar esses indicadores, percebe-se a intensidade do fluxo migratório interno ocorrido na Bahia durante 1995 e 2000, fato que comprova a existência das

“ilhas de tecnologia”, pois parte-se do pressuposto de que o migrante busca espaços estruturados, a fim de que possa ter acesso a uma maior variedade de serviços.

O último Censo Demográfico realizado no ano de 2010 demonstrou que dos aproximadamente 14 milhões de pessoas que residem na Bahia, apenas 894. 466 mil habitantes não são naturais do estado, em contrapartida a quantidade de pessoas que estão residindo em outro município, que não o seu de origem, equivalente a quase quatro milhões de pessoas. O que demonstra que o fluxo migratório intra-estadual tem se intensificado no município baiano.

Em relação aos espaços denominados enquanto ‘ilhas de tecnologia’, percebe-se que os pólos de atração não fazem referência apenas ao urbano, já que o Oeste baiano e o entorno de Juazeiro possuem sua economia relacionada a atividades desenvolvidas no espaço rural, o que permite a comprovação da discussão proposta por Antonello (2001) quando afirma que o espaço rural não pode ser visto apenas como receptáculo de atividades agrícolas de forma monofuncional.

O desenvolvimento socioeconômico vivenciado nos últimos anos tanto pelo Oeste baiano quanto o entorno de Juazeiro, é fruto do investimento em tecnologia, que possibilitou o desenvolvimento de outros setores da economia a partir, principalmente da agricultura, um dos motivos que influencia as migrações internas relacionadas ao espaço rural e não apenas ao urbano. Porém ao observar indicadores relacionados a entrada e saída de migrantes na Bahia (Tabela 01), o fluxo migratório baiano é negativo.

Tabela 1 - Fluxo migratório baiano (1986-2009)

Deslocamentos	1986-1991	1995-2000	2004	2009
Entrada	186 614	250 571	290 343	203 885
Saída	469 091	528 036	378 618	312 211
Saldo migratório	-282 477	-267 465	- 88 275	- 108 326

Fonte: SEI e IBGE, 2011.

No entanto, é importante ressaltar que o saldo migratório, mesmo negativo, indica uma diminuição da diferença entre o total de pessoas que ingressam e saem do Estado, durante os anos de 1986-2004, se comparado os anos 2004 e 2009, o fluxo migratório negativo foi maior nesse último ano, porém se comparado 2009 com os anos anteriores a diferença entre a população que ingressou e deixou no município foi menor. Nesse ínterim, o IBGE divulgou que os imigrantes de retorno, ou seja, aqueles que voltaram a residir na Bahia após um período residindo em outro Estado representaram

em 2004 e 2009 respectivamente 21, 65% e 15, 01% do total de migrantes durante tal período, o que demonstra o saldo migratório negativo ampliado entre 2004 e 2009.

A diferença entre o número de emigrantes e imigrantes na Bahia contribui para que houvesse certa estabilidade populacional na maioria dos municípios baianos, estabilidade populacional porque não houve uma grande perda populacional nem mesmo um superpovoamento durante tal período. Todavia as regiões mais desenvolvidas, ou melhor, estruturadas do ponto de vista socioeconômico, serão uma exceção (Tabela 02), pois atraem um número expressivo de pessoas, nesse contexto, as ‘ilhas de tecnologia’ são exemplos de municípios com um número populacional expressivo.

Tabela 2 – Os dez municípios com maior número de habitantes da Bahia

Municípios	1991	2000	Municípios	2010
Salvador	2.075.273	2.443.107	Salvador	2.675.656
Feira de Santana	406.447	480.949	Feira de Santana	556.642
Vitória da Conquista	225.091	262.494	Vitória da Conquista	306.866
Ilhéus	223.750	222.127	Camaçari	242.970
Itabuna	185.277	196.675	Itabuna	204.667
Jequié	144.772	147.202	Juazeiro	197.965
Juazeiro	128.767	174.567	Ilhéus	184.236
Alagoinhas	116.894	130.095	Lauro de Freitas	163.449
Camaçari	113.639	161.727	Jequié	151.895
Barreiras	92.640	131.849	Alagoinhas	141.949

Fonte: Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

Observa-se que é crescente o número populacional dos dez municípios com maior população na Bahia, sobretudo de Camaçari, que nas últimas duas décadas ocupava a 9ª colocação e em 2010 é apresentado como 4º município mais populoso, e Lauro de Freitas, que em 2010 apresentou uma das maiores populações baianas. O

inverso ocorreu com Barreiras, porque durante o mesmo período não se manteve entre os mais povoados, isso pode estar associado ao desmembramento de Luís Eduardo Magalhães que assim como Barreira, destaca-se na produção de grãos de forma mais específica da soja, figurando enquanto um dos ‘pólos tecnológicos’ do estado.

A concentração populacional nesses municípios é um fator que corrobora à discussão realizada por Barcelar e Castro (2000) a respeito das ‘ilhas de tecnologia’, que além de estar relacionada aos movimentos migratórios também reflete a concentração de investimentos em pontos específicos do território baiano.

Essa concentração de investimentos influencia diretamente a qualidade de vida da população, além de evidenciar as desigualdades sociais existentes tanto na escala local, regional quanto global, e em se tratando das ‘ilhas de tecnologia’ do Estado baiano, a principal disparidade é a regional. Diante dessa situação os espaços, são (re)construídos seguindo, principalmente a lógica capitalista, revelando a relação entre trabalho e produtividade, assim sendo, os espaços que possuem uma infra-estrutura de qualidade, sob a ótica produtiva terão um maior destaque em diversas escalas.

Tendo em vista que a desigualdade social está diretamente relacionada com a qualidade de vida, que por sua vez está pautada nas atividades econômicas desenvolvidas em um dado espaço. O fluxo migratório que caracteriza tanto a expulsão quanto a atração de migrantes, dentre vários fatores, mantém relação com a qualidade de vida da população que é caracterizada pela relação entre trabalho e capital.

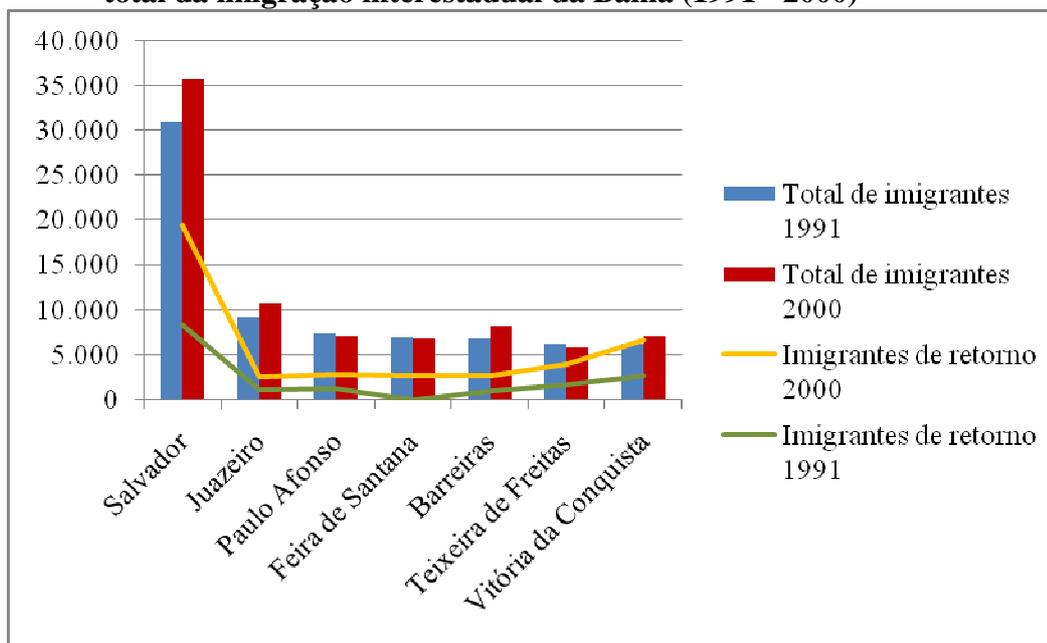
Isso viabiliza a compreensão do fluxo migratório que tem caracterizado a Bahia, pois estando subdividida em 417 municípios apenas três deles possuem os maiores contingentes populacionais (Tabela 02), Salvador, a capital que possui uma variedade de serviços e produtos; Feira de Santana, segunda maior cidade do Estado com um forte setor comercial, além de ser favorecida pela localização geográfica e Vitória da Conquista que nos últimos anos apresentou um crescimento populacional considerável, obtendo destaque no cenário econômico baiano.

São os municípios com um forte poder de atração populacional, relacionado tanto a pessoas não-naturais, ou seja, o sujeito que não nasceu no local em que reside quanto imigrantes de retorno, que corresponde o grupo de pessoas que voltaram a residir no local de origem. Observa-se que durante o decênio entre 1990 e 2000 foi

crecente a quantidade de imigrantes de retorno nos municípios selecionados, que de acordo com IBGE possuem mais de 1% no total de imigrantes da Bahia.

O fato que chama atenção é a diferença existente entre o total de imigrantes e os de retorno, no quesito relacionado à quantidade total de imigrantes destacam-se, em 1991, Salvador, Juazeiro e Paulo Afonso. Em 2000 a capital baiana se mantém enquanto municípios que mais atraem população, seguida por Juazeiro e Barreiras, essa passa a ocupar a posição que Paulo Afonso ocupava no ano de 1991 (gráfico 02).

Gráfico 2 – Participação da imigração de retorno, com 5 anos ou mais, no total da imigração interestadual da Bahia (1991 - 2000)



Fonte: SEI, Adaptado pela autora, 2012.

Isso se deve ao crescimento do agronegócio no município de Barreiras, que impulsionou o desenvolvimento socioeconômico do mesmo atraindo um contingente populacional para essa localidade, trata-se de migrações de caráter intra e interestadual. Nesse ínterim, a cultura da soja em alguns municípios que compõem o Oeste-baiano está relacionada tanto a migração gaúcha, quanto a atuação do Estado através da EMBRAPA – com o desenvolvimento de sementes adaptadas ao solo e clima da região e de subsídios econômicos fornecidos pela SUDENE.

Conforme Haesbart (1998), a migração tem um caráter econômico, pois está embasada na dinâmica capitalista, além da crença do imigrante de preponderância e propagação de tecnologias em outras terras.

Mesmo considerando a participação significativa de imigrantes gaúchos no Oeste-baiano, especificamente em Barreiras, percebe-se que no decênio observado Vitória da Conquista é o município com a maior participação percentual de imigrantes de retorno. De acordo com Martine (1994), o retorno de migrantes possui duas perspectivas, uma relacionada à sociologia, na qual a rede de relações sociais estabelecidas no local de origem é um fator que auxilia os sujeitos a ultrapassar períodos de crise socioeconômica, além disso, a migração de retorno pode estar associada a uma melhora na dinâmica econômica do local de origem, o que seria um indicador de avanços na estrutura social e econômica do município.

Diante disso, é necessário analisar a evolução da qualidade de vida tendo por base o Índice de Desenvolvimento Humano, que é mensurado tendo por base os indicadores de longevidade, renda per capita e educação municipal, a fim de relacionar a migração de retorno com a melhora ou não de tais dados.

Tabela 3- Índice de Desenvolvimento Humano, municípios selecionados (1991-2000)

Municípios	IDH 1991	IDH 2000	Renda 1991	Renda 2000	Long.* 1991	Long. 2000	Edu.** 1991	Edu. 2000
Salvador	0,751	0,805	0,719	0,746	0,679	0,744	0,856	0,924
Juazeiro	0,589	0,683	0,558	0,635	0,521	0,612	0,688	0,802
Paulo Afonso	0,625	0,719	0,604	0,63	0,59	0,732	0,681	0,795
Feira de Santana	0,659	0,74	0,622	0,663	0,603	0,697	0,751	0,861
Barreiras	0,628	0,723	0,627	0,68	0,593	0,645	0,664	0,845
Teixeira de Freitas	0,598	0,698	0,599	0,656	0,558	0,645	0,638	0,794
Vitória da Conquista	0,601	0,708	0,598	0,661	0,555	0,663	0,65	0,801

* Longevidade; ** Educação.

Fonte: PNUD, Brasil. Adaptado pela autora 2012.

Ao analisar tanto o IDH quanto os indicadores que são utilizados para mensurar o índice de desenvolvimento, conclui-se que houve uma melhora significativa nos indicadores relacionados à expectativa de vida ao nascer. O número de matriculados em todos os níveis educacionais, o índice de analfabetos, e o Produto Interno Bruto durante o

período analisado, nos municípios que possuem um maior poder de atração de migrantes no Estado foi ampliado.

Nesse sentido a discussão proposta por Martine (1994) relacionando a migração de retorno a uma maior dinamicidade da economia, que por sua vez impulsiona outros setores da sociedade, pode ser aplicada nos municípios apresentados. Dos fatores que possuem influência no IDH a educação, que representa o número de pessoas matriculadas em todos os níveis educacionais, foi o que apresentou maior crescimento no período entre 1991 e 2000, momento em que ocorreu uma maior expansão das Universidades à distância (EADs), além da aplicação de políticas públicas federais relacionadas à matrícula escolar, como o Programa Bolsa Escola.

Os indicadores da renda apresentaram uma evolução relevante em todos os municípios, principalmente em Juazeiro e Vitória da Conquista, pólos baianos que apresentaram um dos maiores contingentes de imigrantes não-naturais e de retorno nesse decênio. No que diz respeito a longevidade, Paulo Afonso apresentou a maior evolução na saúde com um crescimento aproximado de 124%, destacando-se dos demais.

Todos esses aspectos contribuíram para que o IDH dos municípios apresentassem uma evolução nos dez anos analisados, corroborando a perspectiva que relacionada a migração com qualidade de vida, principalmente a migração classificada enquanto migração de retorno.

Considerações parciais

A Bahia é um estado constituído por 417 municípios, no qual aproximadamente dez deles possui um contingente populacional expressivo, com índices de desenvolvimento altos se comparados com os demais 407. Fato que justifica a existência das ilhas de tecnologia no estado, que seriam as municipalidades com uma melhor infra-estrutura. E que por isso, têm o poder de atrair um maior número populacional, dada às maiores possibilidades socioeconômicas que oferecem.

O desenvolvimento socioeconômico de alguns municípios como Juazeiro, Barreiras, Feira de Santana, Salvador, entre outros é um dos fatores que pode ser considerado ao ponderar a respeito da ampliação dos fluxos migratórios internos, ou

seja, os deslocamentos que ocorrem entre os municípios baianos, como o que vem ocorrendo desde a década de 90, porém é inegável que a Bahia ainda mantém um fluxo migratório negativo, tendo em vista que o fluxo de pessoas que deixam o estado é maior do que as que fazem o caminho inverso.

Situação justificada pelas diferenças socioespaciais que caracterizam a maior parte dos municípios baianos, o que ao mesmo tempo em que confirma a concentração de investimentos de ordem governamental e privada exige um posicionamento mais eficaz por parte do governo brasileiro e de forma mais específica do estado baiano. Uma vez que a justificativa de que a desigualdade socioeconômica é fruto das condições ambientais dos municípios, sobretudo daqueles situados no semi-árido baiano, não se mantém trata-se apenas de um posicionamento determinista que provoca certo o conformismo na sociedade baiana.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, I.T; VARGAS, M. A. M. **Visões do espaço rural**. Aracaju: Gráfica e Editora Triunfo Ltda; São Cristovão: UFS, POSGRAF, NPGeo, 2001.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; et al. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e Geografia**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

HAESBART, Rogério. A noção da rede regional: reflexões da migração “gaúcha” no Brasil. In **Revista Território**, pags. 55 à 71. ano III, nº 4, Jan-Jun. 1998.

MARTINS, J.S. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

PERROUX, François. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

SANTOS, Cândida Ribeiro. Perfis sociodemográficos dos imigrantes interestaduais e intra-estaduais da Bahia (1995-2000). In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000**. Salvador : SEI, 2007.

SANTOS, Milton. **Território: globalização e fragmentação**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Manual de Geografia urbana**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

TEIXEIRA, M. A; LAGES, V. N. **Transformações no espaço rural e a geografia rural**: idéias para discussão. Revista de Geografia. V. 14. UNESP: São Paulo, 1997.